



2ª CÂMARA

PROCESSO TC Nº 17707/21

EMENTA: PODER EXECUTIVO ESTADUAL – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – PARAÍBA PREVIDÊNCIA (PBPREV) – ATO DE GESTÃO DE PESSOAL – PENSÃO – APRECIÇÃO DA MATÉRIA PARA FINS DE REGISTRO – ATRIBUIÇÃO DEFINIDA NO ART. 71, INCISO III, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA, E NO ART. 1º, INCISO VI, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 18/1993 – EXAME DA LEGALIDADE – Regularidade na fundamentação do ato e nos cálculos dos proventos – Preenchimento dos requisitos constitucionais e legais. Concessão de registro e arquivamento dos autos. Recomendação.

ACÓRDÃO AC2 TC 00988/2022

1. INFORMAÇÕES GERAIS

ÓRGÃO: Paraíba Previdência – PBPREV

AUTORIDADE HOMOLOGADORA: José Antônio Coelho Cavalcanti (Presidente)

BENEFÍCIO: Pensão por morte

SERVIDOR(A) FALECIDO(A): José Luna de Menezes

CARGO: Auditor Fiscal Tributário Estadual

MATRÍCULA: 70.466-1

LOTAÇÃO: Secretaria de Estado da Receita

DATA DO ÓBITO: 21/06/2021

SITUAÇÃO DO SERVIDOR(A) NA DATA DO ÓBITO: Inatividade

BENEFICIÁRIO(A) DA PENSÃO VITALÍCIA: JURANDY LYRA DE MENEZES

ATO: Portaria – P – Nº 756, publicada no DOE de 14/09/2021.

FUNDAMENTAÇÃO DO ATO: Art. 40, §7º, inciso I, e § 8º, da CF (Redação da EC nº 41/2003) c/c art. 34-A, §3º, da Constituição do Estado da Paraíba (Redação dada pela EC nº 47/2020) c/c art. 23, §8º, da EC nº 103/2019.

2. ANÁLISE DA AUDITORIA

Pelo registro do ato concessivo, expedido por autoridade competente em favor de beneficiário(a) legalmente apto(a), estando corretos os cálculos dos proventos feitos pelo Órgão de origem, recomendando que a PBPREV comunique ao INSS a opção da beneficiária pela percepção integral da pensão, nos termos do art. 24 da EC 103/2019.

3. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE/PB

Na sessão de julgamento, pugnou pela legalidade da pensão e concessão de registro ao correspondente ato.

4. DECISÃO DA SEGUNDA CÂMARA

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima caracterizado, ACORDAM os Membros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, por unanimidade, na sessão realizada nesta data, em julgar legal e CONCEDER REGISTRO ao ato de pensão vitalícia do(a) Sr^(a) JURANDY LYRA DE MENEZES, beneficiário(a) do(a) ex-servidor(a) falecido(a) José Luna de Menezes, Auditor Fiscal Tributário Estadual, matrícula nº 70.466-1, inativo, tendo como fundamento o art. 40, §7º, inciso I, e § 8º, da CF (Redação da EC nº 41/2003) c/c art. 34-A, §3º, da Constituição do Estado da Paraíba (Redação dada pela EC nº 47/2020) c/c art. 23, §8º, da EC nº 103/2019, RECOMENDANDO que a PBPREV comunique ao INSS a opção da beneficiária pela percepção integral da pensão, nos termos do art. 24 da EC 103/2019, DETERMINANDO-SE O ARQUIVAMENTO do processo.

Publique-se, intime-se e registre-se.

TCE – Sessão Presencial e Remota da 2ª Câmara
João Pessoa, 03 de maio de 2022.

Assinado 4 de Maio de 2022 às 11:00



Cons. André Carlo Torres Pontes
PRESIDENTE

Assinado 4 de Maio de 2022 às 10:42



Cons. Subst. Antônio Cláudio Silva Santos
RELATOR

Assinado 5 de Maio de 2022 às 11:30



Sheyla Barreto Braga de Queiroz
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO